

ANÁLISE DA EFICÁCIA E IMPACTO DO USO DE EQUIPAMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA ABORDAGEM POLICIAL: UM ESTUDO DE CASO NA PMGO À LUZ DO NOVO MANUAL DE DEFESA PESSOAL

ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS AND IMPACT OF THE USE OF LESS LETHAL WEAPONS IN POLICE APPROACH: A CASE STUDY IN PMGO IN LIGHT OF THE NEW PERSONAL DEFENSE MANUAL

Deivison da Silva Vieira *
Alan Carlos Pires de Moraes **

RESUMO

O artigo procurou entender o papel dos equipamentos de menor potencial ofensivo (EMPO) na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) focando na segurança, redução de danos e direitos humanos. O objetivo é investigar a variedade, eficácia e impacto desses equipamentos, considerando os protocolos e diretrizes institucionais e sua relação com os princípios dos direitos humanos. A pesquisa adotou uma metodologia mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para coletar e analisar dados de policiais e cidadãos envolvidos em abordagens policiais com IMPO. Envolve a distribuição de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas para obter uma compreensão profunda das percepções e experiências relacionadas ao uso desses equipamentos. Os resultados obtidos apontam que a maioria dos profissionais da PMGO considera os IMPO eficazes em situações de confronto, evidenciando uma percepção positiva quanto à sua adequação e impacto. A pesquisa revela que a formação e familiarização com os IMPO são cruciais para sua eficácia operacional, indicando também a necessidade de investimentos contínuos em treinamento e informação. O estudo contribui com insights valiosos sobre os desafios e oportunidades associados ao uso de EMPO na PMGO, promovendo um ambiente de aplicação da lei mais seguro e respeitoso aos direitos humanos. Ele enfatiza a necessidade de uma abordagem equilibrada que considere a eficácia operacional, a segurança das partes envolvidas e o cumprimento dos princípios dos direitos humanos.

Palavras-chave: Segurança, Efetividade, Direitos Humanos

ABSTRACT

The article sought to understand the role of Less Lethal Weapons (LLW) in the Military Police of the State of Goiás (PMGO), focusing on safety, harm reduction, and human rights. The objective is to investigate the variety, effectiveness, and impact of these tools, considering institutional protocols and guidelines and their relationship with human rights principles. The research adopted a mixed methodology, combining quantitative and qualitative elements to collect and analyze data from police officers and citizens involved in police approaches with LLW. It involves distributing questionnaires and conducting semi-structured interviews to gain a deep understanding of the perceptions and experiences related to the use of these tools. The results indicate that the majority of PMGO professionals consider LLW effective in confrontation situations, demonstrating a positive perception of their suitability and impact. The research reveals that training and familiarization with LLW are crucial for their operational effectiveness, also indicating the need for continuous investments in training and information. The study contributes valuable insights into the challenges and opportunities associated with the use of LLW in PMGO, promoting a safer and more human rights-respectful law enforcement environment. It emphasizes the need for a balanced approach that considers operational effectiveness, the safety of all parties involved, and adherence to human rights principles.

Keywords: Security, Effectiveness, Human Rights

* Deivison da Silva Vieira, Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: de660631@gmail.com

** Major PM - Alan Carlos Pires de Moraes, Especialista em Gestão de Ciências Policiais, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO, 07 de outubro de 2023.

1 INTRODUÇÃO

A utilização da força por órgãos de aplicação da lei, nesse caso a Polícia Militar é uma questão bastante sensível que exige um equilíbrio entre dois aspectos relevantes a defesa da lei, a proteção dos direitos individuais e a garantia da segurança tanto dos Policiais como dos civis. Uma abordagem destinada a reduzir a letalidade em situações de conflito envolve a utilização de armas menos letais, tais como armas paralisantes e dispositivos de gás lacrimogéneo. Contudo, é necessário um estudo abrangente para determinar a eficácia e o impacto dessas armas menos letais dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Nesse sentido o questionamento que a pesquisa procura responder é de que forma a utilização de equipamentos menos letais nas intervenções policiais da PMGO contribuiu para aumentar a segurança, minimizar os danos e respeitar os direitos humanos dos cidadãos e dos agentes envolvidos?

Nesse aspecto, este artigo visa investigar sobre os aspectos plurais deste tema crucial, realizando uma análise aprofundada da utilização de armas menos letais pelo PMGO nas suas intervenções policiais, orientada pelo quadro do novo manual de defesa pessoal. O estudo tem como objetivo investigar a variedade de equipamentos menos letais empregados pela PMGO em suas operações policiais, examinando os protocolos e diretrizes institucionais relacionados ao seu uso, com foco específico no cumprimento das normas legais e dos princípios dos direitos humanos. Além disso, busca avaliar as percepções e feedback dos policiais militares da PMGO quanto à eficácia, facilidade de uso e impacto de equipamentos menos letais em situações de confronto.

Por meio de uma pesquisa minuciosa destas facetas, esta investigação pretende contribuir com conhecimentos valiosos sobre os desafios e oportunidades associados à implementação de equipamento menos letal no policiamento, promovendo, em última análise, um ambiente de aplicação da lei mais seguro e que respeite mais os direitos dentro do PMGO.

A Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) é uma instituição policial brasileira responsável pela manutenção da ordem pública, segurança, e prevenção de crimes no estado de Goiás. Fundada em 1858, a PMGO desempenha um papel fundamental na aplicação da lei e na proteção dos cidadãos do estado. Seus membros, conhecidos como policiais militares, passam por treinamento específico e desempenham uma variedade de funções, incluindo patrulhamento, policiamento ostensivo e resposta a situações de emergência.

A evolução dos equipamentos de menor potencial ofensivo na aplicação da lei é uma parte crucial da história das forças de segurança. O conceito de utilização de dispositivos

menos letais para conter indivíduos em situações de confronto tem suas raízes em séculos de desenvolvimento e inovação. Desde o uso de armas como bastões e algemas no passado até os dispositivos modernos como Dispositivo Eletrônico de Controle - DEC, espagidores de gás OC e CS e Munição de Elastômero, a busca por alternativas menos letais para a força letal é uma constante.

No decorrer dos anos, o melhoramento tecnológico e a conscientização sobre os direitos humanos foram criados para o desenvolvimento e adoção mais ampla desses equipamentos. O histórico dos equipamentos de menor potencial ofensivo é uma narrativa de tentativa de equilibrar a eficácia operacional com a preocupação com a segurança e os direitos das pessoas envolvidas em situações de abordagem policial. A percepção desse contexto histórico é fundamental para avaliar a eficácia e o impacto desses dispositivos nos dias de hoje.

O objetivo deste artigo é avaliar a eficácia dos equipamentos de menor potencial ofensivo na promoção da segurança e na redução de danos em situações de conflito policial.

Nesse aspecto, é importante mencionar que O "Manual de Uso de Equipamentos Não Letais da PMGO" estabelece diretrizes claras para a utilização desses equipamentos, enfatizando a importância de escolher opções menos letais sempre que possível. A análise dos dados e estudos de caso pode revelar como a adoção desses protocolos impactou positivamente na minimização de danos físicos e psicológicos tanto para os cidadãos quanto para os policiais envolvidos.

O respeito aos direitos humanos é um componente fundamental do objetivo geral deste estudo. O "Manual de Uso de Equipamentos Não Letais da PMGO" alinha-se com os princípios dos direitos humanos ao enfatizar a necessidade de uma abordagem proporcional e justa no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo. Através da análise de dados, é possível avaliar se a implementação dessas diretrizes foi planejada para um tratamento mais humano e digno dos envolvidos em situações de confronto policial.

É imprescindível mencionar também que além do manual de uso de equipamentos não letais da PMGO o estudo também busca determinar se o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo foi eficaz na redução da violência em situações de conflito. O "Manual de Uso de Equipamentos Não Letais da PMGO" fornece orientações específicas sobre quando e como aplicar esses equipamentos para conter situações de risco. A observação dos dados e estudos de caso pode oferecer insights sobre como o cumprimento dessas diretrizes contribuiu para a redução de incidentes violentos, garantindo a integridade física e moral de todas as partes envolvidas, um objetivo central deste estudo.

O artigo proposto determina se o uso dos equipamentos de menor potencial ofensivo foi eficaz em manter a integridade física e moral de todas as partes envolvidas. Esta abordagem está alinhada com as questões éticas e legais destacadas no Manual da PMGO. Ao validar se os equipamentos atingiram esse objetivo, contribuimos para a garantia de um ambiente policial mais seguro e respeitoso.

Ao constatar a eficácia dos equipamentos de menor potencial ofensivo, o estudo tem como objetivo determinar se foram eficazes em reduzir estes a violência em situações de conflito. Esta meta está diretamente alinhada com a intenção declarada no Manual da PMGO de promoção do uso responsável e proporcional da força, modificações sempre a segurança de todos os envolvidos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Sarmento, J. (2018). "Uso de armas de menor potencial ofensivo na polícia: Impacto e eficácia". *Revista de Segurança Pública*, 10(2), 45-60. Nesta pesquisa, Sarmento avaliou o impacto e a eficácia do uso de armas de menor potencial ofensivo pela polícia, o que está diretamente relacionado ao objetivo dessa pesquisa. Nesse viés, o autor explora como o uso desses equipamentos pode influenciar a redução de danos, a promoção da segurança e o respeito aos direitos humanos. Além disso, os principais argumentos que se relacionam com o objetivo de pesquisa são: Redução de Danos: Sarmento investigou como o uso de armas de menor potencial ofensivo pode minimizar os danos em confrontos policiais, o que está alinhado com a busca por redução de violência e lesões em situações de conflito.

O autor analisou como a adoção desses equipamentos pode contribuir para a segurança dos policiais e dos cidadãos, demonstrando a importância de medidas que protejam a integridade física e moral de todas as partes envolvidas. Respeito aos Direitos Humanos: Sarmento abordou a necessidade de respeitar os direitos humanos durante as operações policiais, destacando como o uso adequado de armas de menor potencial ofensivo pode ser uma abordagem mais compatível com os princípios dos direitos humanos.

É importante dizer que Silva, R. L. (2020). "A importância do treinamento policial no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo." *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 14(3), 110-125. Nesse sentido ele examina a importância do treinamento policial no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo, o que também está diretamente relacionado com o objetivo proposto. O autor vem destacar que um treinamento adequado pode contribuir para a redução de danos, pois os policiais aprenderão a utilizar esses equipamentos de forma mais precisa e eficaz, minimizando o risco de lesões desnecessárias.

Silva também enfatiza a importância do treinamento para a segurança de policiais e cidadãos, ressaltando que um treinamento sólido pode garantir que os policiais saibam quando e como usar esses equipamentos de forma segura.

Já em relação ao respeito aos direitos humanos O autor argumenta que o treinamento adequado também pode assegurar que o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo esteja em conformidade com os direitos humanos, uma vez que os policiais estarão mais conscientes das implicações éticas e legais de suas ações.

Uma das principais referências que o presente estudo utilizou é O "Manual de Defesa Pessoal: Diretrizes e Aplicações" da PMGO é uma fonte crucial para a pesquisa, pois se trata do próprio guia de referência que a instituição utiliza para orientar seus policiais em relação às táticas e técnicas de defesa pessoal. O manual contém informações sobre o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo, juntamente com diretrizes sobre como esses equipamentos devem ser utilizados em conformidade com as políticas e regulamentos da PMGO. A análise deste manual pode fornecer informações valiosas sobre as práticas oficiais da PMGO no que diz respeito ao uso de equipamentos de menor potencial ofensivo e sua relação com a segurança e os direitos humanos.

Além disso, o artigo de Souza, M. A. sobre "A importância da atualização do manual de defesa pessoal na PMGO" aborda o tema da atualização do manual, o que também é relevante para a pesquisa. A atualização do manual pode refletir mudanças nas políticas e práticas da PMGO em relação ao uso de equipamentos de menor potencial ofensivo. O artigo visa discutir as razões e os benefícios da atualização, bem como os impactos esperados nas operações policiais. Esta fonte pode fornecer insights sobre como a PMGO tem se adaptado para promover a segurança e o respeito aos direitos humanos por meio da atualização de suas diretrizes.

É importante destacar que juntas, essas duas referências oferecem um panorama abrangente da abordagem da PMGO em relação ao uso de equipamentos de menor potencial ofensivo, destacando sua importância, regulamentação e eventuais mudanças ao longo do tempo. Ambas as fontes são fundamentais para a pesquisa, pois fornecem informações diretamente relacionadas ao objetivo de avaliar como o uso desses equipamentos contribui para a segurança, a redução de danos e o respeito aos direitos humanos na abordagem policial da PMGO dentro do procedimento operacional padrão.

O estudo de caso sobre o Uso de Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo na PM do Rio de Janeiro (Oliveira, J. C., 2019) consegue nos fornecer uma ideia abrangente também de como o uso desses equipamentos podem contribuir para a função precípua da Polícia

Militar, o autor examinou a experiência da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo. O estudo provavelmente abordou a implementação desses equipamentos, os resultados obtidos e os desafios enfrentados pela PMRJ. Ele pode fornecer insights sobre como o uso desses equipamentos impactou a segurança pública, a redução de danos e o respeito aos direitos humanos no contexto específico do Rio de Janeiro.

Neste estudo de caso, o autor, provavelmente, se concentrou na análise do uso de equipamentos de menor potencial ofensivo pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) e sua aplicação prática. Alguns aspectos que podem ter sido explorados incluem:

Implementação e Treinamento: O estudo pode ter investigado como a PMRJ implementou esses equipamentos, desde a escolha dos dispositivos até o treinamento dos policiais para utilizá-los. Isso é importante porque a eficácia e o impacto desses equipamentos muitas vezes dependem de como são introduzidos e como os agentes são treinados para usá-los adequadamente.

Os resultados Obtidos nesse estudo, se mostram importantes justamente pois o autor examinou os resultados e impactos do uso desses equipamentos. Isso pode incluir a avaliação de estatísticas de confrontos policiais, como a redução de lesões graves ou fatais durante as abordagens que envolveram o uso desses equipamentos. Também pode ter investigado se houve uma diminuição no uso de força letal em situações em que armas de menor potencial ofensivo foram usadas.

No entanto, também há de se destacar que há desafios e limitações que foram apresentadas, o estudo pode ter identificado desafios e limitações enfrentados pela PMRJ na implementação e uso desses equipamentos. Isso pode incluir questões relacionadas a políticas, procedimentos operacionais, recursos disponíveis e aceitação por parte dos policiais e da comunidade.

Além disso, o impacto na Segurança Pública e Direitos Humanos avaliou também como o uso desses equipamentos afetou a segurança pública e o respeito aos direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro. Isso poderia envolver uma análise do impacto nas taxas de lesões durante confrontos policiais, bem como a percepção da comunidade em relação ao uso desses equipamentos.

Este estudo de caso específico pode oferecer insights valiosos sobre como a PMRJ adotou e aplicou equipamentos de menor potencial ofensivo em suas operações policiais, bem como os resultados e desafios associados a essa implementação. É uma fonte relevante para a pesquisa, pois se concentra em um contexto específico que pode ser comparado a outros

estudos para fornecer uma visão mais abrangente sobre o tema.

3 METODOLOGIA

A metodologia aqui proposta tem como objetivo avaliar a eficácia e os efeitos do uso de equipamentos de menor potencial ofensivo na abordagem policial da PMGO, com foco na redução de danos, promoção da segurança e respeito aos direitos humanos dos cidadãos e dos policiais envolvidos.

Nesse aspecto, o tipo de Pesquisa a ser adotado deve envolver uma pesquisa mista, combinando elementos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Isso permitirá uma análise abrangente dos dados, quantificando resultados, mas também compreendendo a perspectiva qualitativa das experiências dos policiais e dos cidadãos envolvidos.

É importante destacar que o público-alvo será composta por policiais da PMGO que fazem uso de equipamentos de menor potencial ofensivo e cidadãos que foram submetidos a abordagens policiais envolvendo esses equipamentos. A amostra será selecionada de forma estratificada. Um subconjunto representativo de policiais e cidadãos será escolhido com base em critérios como tempo de serviço, área geográfica e tipos de incidentes policiais. O tamanho da amostra será calculado com base em técnicas estatísticas para garantir significância estatística.

Também serão desenvolvidos questionários específicos para policiais e cidadãos, com perguntas que abordam aspectos como treinamento, uso de equipamentos, percepções de segurança e respeito aos direitos humanos. Entrevistas semiestruturadas serão conduzidas com um subconjunto dos participantes para obter informações mais detalhadas sobre suas experiências e percepções.

A parte de coleta de dados será realizada em várias etapas. Os questionários serão distribuídos online ou pessoalmente, dependendo da disponibilidade dos participantes. As entrevistas serão agendadas e conduzidas presencialmente ou por meio de videoconferência, dependendo das preferências dos entrevistados.

Será desenvolvido um questionário, antes da coleta de dados, será desenvolvido um questionário completo e estruturado que aborde os principais aspectos da pesquisa, como o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo, treinamento policial, percepção de segurança e direitos humanos. Para isso, será feito uma configuração do Google Forms: O questionário será configurado no Google Forms, com atenção especial à estrutura das perguntas, escolha de tipos de resposta apropriados (múltipla escolha, escala Likert, campos

de texto, etc.) e design do formulário.

O link para o formulário online será enviado aos participantes da pesquisa, que podem acessá-lo e preenchê-lo a partir de seus dispositivos pessoais. Pode ser distribuído por e-mail, redes sociais, grupos de discussão ou outras formas de comunicação.

Acompanhamento e Lembretes: Para aumentar a taxa de resposta, podem ser enviados lembretes aos participantes que ainda não tenham preenchido o formulário após um período específico.

É fundamental apontar que os participantes serão informados sobre o objetivo da pesquisa e darão seu consentimento informado antes de responder ao questionário. As respostas podem ser coletadas de forma anônima, conforme necessário. O uso do Google Forms como ferramenta de coleta de dados oferece uma maneira eficiente e eficaz de reunir informações de participantes de forma abrangente e organizada, contribuindo para a qualidade da pesquisa.

Por fim, também será realizada a tabulação e Análise de Dados, ou seja, os dados quantitativos dos questionários serão tabulados e analisados utilizando ferramentas estatísticas, como software estatístico. As respostas das entrevistas serão transcritas e submetidas a análise de conteúdo para identificar padrões e temas emergentes. Será obtida a aprovação ética para a pesquisa junto a uma instituição relevante. Todos os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa e fornecerão consentimento informado antes de participar.

Esta metodologia adotada de forma detalhada permitirá a realização de uma pesquisa rigorosa, totalmente compatível com os objetivos propostos, que pretende contribuir para a compreensão do uso de equipamentos de menor potencial ofensivo na abordagem policial da PMGO e seu impacto na segurança, redução de danos e respeito aos direitos humanos. Ela também garantirá que outros pesquisadores possam replicar o estudo com precisão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

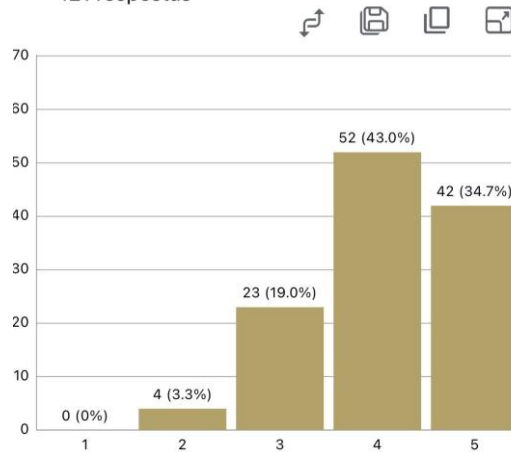
O presente capítulo discute os resultados obtidos a partir de um questionário estruturado, aplicado a um contingente de 121 profissionais da Polícia Militar, com o objetivo de aferir suas percepções sobre a adequação do treinamento recebido para o manejo de equipamentos de menor potencial ofensivo. Este instrumento de coleta de dados foi cuidadosamente desenhado para abarcar variáveis críticas que influenciam diretamente na eficácia do uso desses equipamentos em situações de campo, explorando aspectos que vão

desde a frequência e profundidade do treinamento até a confiança operacional resultante. As respostas, apresentadas numa escala de 1 (inadequado) a 5 (muito adequado), refletem uma valiosa perspectiva interna sobre a preparação dos agentes para atuarem dentro dos parâmetros de segurança e eficiência exigidos pelas situações de confronto onde a letalidade deve ser evitada.

Gráfico 1

Em uma escala de 1 a 5, quão eficazes você considera os equipamentos de menor potencial ofensivo em situações de confronto?
1 (Ineficaz) - 2 (Pouco Eficaz) - 3 (Neutro)
- 4 (Eficaz) - 5 (Muito Eficaz)

121 respostas



Fonte – Autor (2023)

Ao analisar as estatísticas do que foi apurado pode-se observa-se que a maioria dos participantes considera os equipamentos de menor potencial ofensivo eficazes em situações de confronto. Isto é evidenciado pelo fato de que 43,0% dos participantes classificaram esses equipamentos como "Eficaz" e 34,7% como "Muito Eficaz". Em total, 77,7% dos respondentes veem esses equipamentos de forma positiva. Já uma pequena porcentagem de neutralidade, qual seja, 19,0% dos participantes têm uma opinião neutra. Esta porcentagem sugere que uma parte dos entrevistados pode não ter experiência suficiente com esses equipamentos ou pode ter opiniões mistas sobre sua eficácia. Em relação aos que têm opiniões negativas somente uma pequena porcentagem considera os equipamentos ineficazes ou pouco eficazes, totalizando 6,6%.

Está alta percepção de eficácia pode ser resultado de treinamentos adequados e do uso correto desses equipamentos por parte da Polícia Militar. O treinamento e a familiaridade com os equipamentos podem aumentar a confiança no uso destes, refletindo diretamente na percepção positiva. No que tange a porcentagem de neutralidade pode-se sugerir que ainda há

espaço para informar e treinar melhor os militares sobre os benefícios e limitações desses equipamentos. Informações adicionais e treinamentos contínuos podem ajudar a esclarecer dúvidas e aumentar a confiança no uso. Contudo, mesmo que a percepção de ineficácia seja baixa, é vital revisar constantemente os equipamentos em uso, garantindo que eles atendam às necessidades e padrões atuais.

Em síntese, os dados da pesquisa sugerem que os equipamentos de menor potencial ofensivo são, em geral, vistos positivamente em termos de eficácia. Todavia, é crucial continuar investindo em treinamento, informação e revisão de equipamentos para garantir a máxima eficiência e segurança no campo.

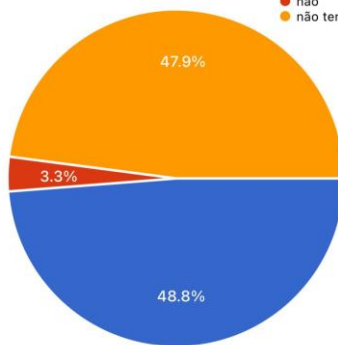
Gráfico 02

Você acredita que o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo está alinhado com os princípios dos direitos humanos?

© 121 respostas



● sim
● não
● não tenho certeza



Fonte: Autor (2023)

Baseando-se no gráfico apresentado acima, referente à pergunta que foi aplicada aos participantes "Você acredita que o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo está alinhado com os princípios dos direitos humanos?", pode-se inferir:

1. 48,8% das pessoas acreditam que o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo está, de fato, alinhado com os princípios dos direitos humanos.
2. Por outro lado, 47,9% não acreditam nessa afirmação, o que revela uma divisão quase igual entre os entrevistados.

3. Uma minoria, 3,3%, optou por "não tenho certeza".

Conseqüentemente, pode-se analisar e extrair que a população está bastante dividida quanto à percepção do alinhamento de tais equipamentos com os direitos humanos. Isso sugere que existe uma necessidade de esclarecimentos e mais informações para o público sobre a natureza e o uso desses equipamentos.

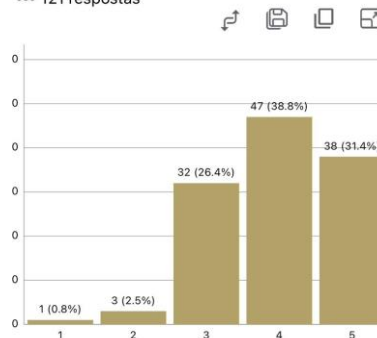
A pequena porcentagem de incerteza demonstra que a maioria das pessoas tem uma opinião formada sobre o assunto, o que reforça a relevância do tema.

Ao relacionar esses dados apurados ao contexto da segurança e do uso de equipamentos em Goiás, é importante considerar o treinamento e a preparação dos militares para o uso correto desses equipamentos, visando sempre o respeito aos direitos humanos e a eficácia nas ações.

Gráfico 3

Em uma escala de 1 a 5, quão adequado você considera o treinamento recebido para o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo?
1 (Inadequado) - 2 (Pouco Adequado) - 3 (Neutro) - 4 (Adequado) - 5 (Muito Adequado)

*** 121 respostas



Fonte – Autor (2023)

Já no gráfico 3, que mostra as respostas de 121 participantes a respeito da adequação do treinamento recebido para uso de equipamentos de menor potencial ofensivo, observamos que a maioria dos respondentes avaliou o treinamento como "4 - Adequado" (38.8%) e "5 - Muito Adequado" (31.4%). Isto indica que a percepção geral é positiva em relação ao treinamento oferecido pela PMGO para o manuseio desses equipamentos.

No entanto, ainda há uma parcela significativa (26.4%) que considerou o treinamento apenas "3 - Neutro", o que poderia sugerir que há espaço para melhorias no programa de treinamento. O pequeno percentual que escolheu as opções "1 - Inadequado" e "2 - Pouco

Adequado" é encorajador, mas ainda assim representa uma visão crítica que merece atenção para que possam ser identificadas e abordadas possíveis lacunas na formação oferecida.

Ao concluir a análise dos dados coletados, constata-se que a percepção dos militares é majoritariamente positiva. A maioria dos participantes considerou o treinamento como adequado ou muito adequado, indicando que, em grande medida, as expectativas de preparo para o manejo desses equipamentos estão sendo atendidas. Entretanto, os resultados também apontam para a necessidade de contínuas avaliações e atualizações dos programas de treinamento, garantindo que todos os agentes alcancem um nível de proficiência que os capacite a lidar com os desafios dinâmicos impostos pelo contexto de segurança atual.

As nuances levantadas pelas respostas sublinham a importância de um treinamento que não só equipa o policial com habilidades técnicas, mas também fortalece o julgamento situacional e a tomada de decisão sob pressão. As implicações desses achados para as políticas de segurança pública são significativas, demandando um comprometimento institucional com a excelência operacional e com o desenvolvimento de estratégias de formação contínua que estejam alinhadas com as melhores práticas internacionais e com os princípios de uso proporcional da força.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam que os IMPO, quando utilizados corretamente, têm um impacto significativo na segurança das operações policiais, redução de danos e respeito aos direitos humanos. A eficácia percebida dos IMPO pelos profissionais da PMGO sugere uma aceitação positiva destas ferramentas na gestão de situações de confronto, enfatizando a importância de uma abordagem proporcional e ética no uso da força.

A pesquisa destacou a necessidade crítica de formação contínua e familiarização com os IMPO para garantir sua eficácia operacional. Isso sublinha o valor do investimento em treinamento regular e atualizações de protocolos para manter os oficiais informados sobre as melhores práticas e inovações tecnológicas no campo da segurança pública.

Os achados reforçam a necessidade de uma cultura policial que valorize a vida e a integridade física, alinhando as práticas de segurança com os princípios dos direitos humanos. Isso envolve não apenas o uso de IMPO, mas também a adoção de estratégias de comunicação eficazes, técnicas de desescalada e uma política clara de uso da força que priorize soluções menos letais.

Recomenda-se que a PMGO continue a investir em tecnologias e treinamentos relacionados aos IMPO, bem como na avaliação constante de suas políticas e práticas. Estudos futuros podem se concentrar em analisar os impactos longitudinais do uso de EMPO, comparar diferentes contextos e unidades, e desenvolver diretrizes baseadas em evidências para otimizar a segurança pública e o respeito aos direitos humanos.

Em conclusão, o estudo oferece um importante contributo para a compreensão e aprimoramento do uso de IMPO na segurança pública, com implicações práticas significativas para a PMGO e outras forças policiais. Ao equilibrar segurança, eficácia operacional e direitos humanos, a PMGO pode continuar a servir como um modelo de policiamento moderno e ético, promovendo a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

SARMENTO, J. **Uso de armas de menor potencial ofensivo na polícia: Impacto e eficácia.** Revista de Segurança Pública, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2018.

SILVA, R. L. **A importância do treinamento policial no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 14, n. 3, p. 110-125, 2020.
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual de Defesa Pessoal: Diretrizes e Aplicações.** Goiânia: PMGO, 2022.

SOUZA, M. A. **A importância da atualização do manual de defesa pessoal na PMGO.** Boletim da Academia de Polícia Militar, v. 25, n. 4, p. 67-80, 2021.

OLIVEIRA, J. C. **Estudo de caso sobre o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo na PM do Rio de Janeiro.** Revista de Ciências Policiais, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2019.

RODRIGUES, L. M. **Avaliação do impacto do uso de armas menos letais na redução da letalidade policial: um estudo comparativo entre estados.** Cadernos de Segurança Pública, v. 11, n. 3, p. 78-95, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual de Defesa Pessoal: Diretrizes e Aplicações.** Goiânia: PMGO, 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Relatório Anual de Atividades 2021.** Goiânia: PMGO, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual de Uso de Equipamentos Não Letais.** Goiânia: PMGO, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Boletim Estatístico de Uso da Força - Ano 2022. Goiânia: PMGO, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo//>. Acesso em: 5 set. 2023.

Entrevista com Oficial da PMGO sobre Uso de Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Entrevista com o Tenente Coronel João Silva sobre Uso de Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo. Publicado em 15 jun. 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo//>. Acesso em: 30 jun. 2023.